

DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Maria Girleny Roberto Silva

(Centro de Ensino Superior São Francisco – Instituto Superior de Educação de Cajazeiras-PB - FASP

girleny1.cz@gmail.com

Henrique Pedro Bezerra Silva

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG CFP

henrique_cz123@hotmail.com

Resumo: O seguinte trabalho buscou analisar os desafios das políticas públicas para formação de professores do Ensino Fundamental I com o propósito de ampliar o conhecimento sobre formação docente efetivada através das políticas educacionais, uma vez que a discussão da literatura e reflexões permitiu examinar a formação como política docente no Brasil no que se refere a garantia da formação necessária aos professores e influência da formação na prática pedagógica desenvolvida pelo professor enquanto profissional da educação. Para isso, realizou-se uma pesquisa em textos publicados entre 1996 e 2018, em livros, biblioteca virtual, artigos em PDFs, e Banco de artigos da Scientific Electronic Library (SciELO). Dos 100 trabalhos encontrados, apenas 4 foram selecionados e analisados de forma qualitativa. Para tanto, foram incluídos os livros, artigos, dissertações e teses que relacionavam o tema proposto, os publicados no Brasil, disponibilizados como texto completo e excluídos os arquivos coincidentes. Os resultados evidenciaram a necessidade da implantação de uma política global para formação de professores que atenda a realidade educacional onde os professores estão inseridos, e que atendam aos desafios impostos no dado momento histórico que se encontram os sujeitos da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública, Professor, Formação.

Introdução

A pesquisa investigou os desafios das políticas públicas para formação de professores do Ensino Fundamental I, considerando o professor como sujeito de direito em uma política educacional que garante a formação preconizada conforme LDB N°. 9394/1996.

Para tanto, a finalidade do estudo foi examinar a formação como política docente no Brasil no que se refere a garantia da formação necessária aos professores e influência da formação na prática pedagógica desenvolvida pelo professor enquanto profissional da educação.

Para realização do estudo, buscou-se fundamentos nas contribuições teóricas de como: LDB N.9394 (1996), Brzezinski (2009), Brasil (2018), Sousa (2006), entre outros que refletiram acerca de políticas para formação de professores, além de tecerem considerações que corroboram com os estudos no âmbito da formação e prática.

O interesse pelo tema desenvolvido nesse trabalho surgiu de leituras de textos em PDF sobre formação de professores e políticas educacionais, refletindo sobre uma política educacional para garantia de uma formação necessária exigida conforme LDB N. 9394/1996.

A partir destas considerações, o presente artigo propõe discutir sobre os desafios da formação de professores do Ensino Fundamental I, formação essa garantida conforme política educacional, formação essa que objetiva levar docente a atuar como sujeito pesquisador de sua prática e sua formação, permitindo a este refletir de forma crítica e reflexiva sobre a sua atuação docente e as possibilidades de uma política global para formação de professores que atenda a realidade educacional dos docentes.

REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PRÁTICA E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I: DESAFIOS EDUCACIONAIS.

Refletindo sobre o conceito de política pública em sua totalidade só é possível ao considerar que política pública de forma geral e política social são multidisciplinares, considerando a origem da política pública e o seu desenvolvimento, abordando: Estado, política, economia e sociedade.

Em suma, política pública é detalhada por Sousa (2006, p.7), como:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ao curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Todavia, no que tange à perspectiva conceitual sobre política pública, faz-se enquanto área completa como práxis ao ser ação/reflexão de um governo, propondo sempre melhorias para melhor efetivação da política pública.

É nesse contexto que a expansão democrática se diversificou, com o objetivo único de melhorar a qualidade de vida do público interessado. Nessa perspectiva, as propostas e desejos da população são efetivados através de programas e ações para promover resultados e o bem-estar da sociedade, pensados como conjunto de ação do governo para solucionar demandas problemáticas da sociedade.

Segundo Sousa (2006), em estudo sobre política pública, considera que se a política pública for admitida como campo holístico situando diversas unidades em totalidades organizadas nos possibilita refletir em duas implicações. Sendo que a primeira implicação refere-se área da política pública, que se torna campo de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos, mesmo possuindo suas teorias e modelos. É de suma importância enfatizar que a política pública é uma área da ciência política, não se resumindo apenas a ela, mas sendo objeto para outras áreas do conhecimento. Já no que se refere a segunda implicação observa-se que a política pública não necessita de coerência teórica e metodológica, mas recebe diversas influências.

Refletindo conforme Sousa (2006), políticas públicas pensadas e formuladas, são efetivadas através de planos, projetos e programas, pesquisas, bases de dados ou sistema de informação. Colocadas em ação por meio da implementação, submetidas a acompanhamento e avaliação para melhor garantir a efetivação de uma política que sirva ao interesse do público.

Pensar a importância da educação e da formação docente é necessário ao considerar que a sociedade vem exigindo dos governos, legisladores e profissionais da área para melhor atender as demandas e melhoria das condições de trabalho que são oferecidas. Para tanto, as considerações e ações definidas e efetuadas pelo governo nos permite compreender as prioridades políticas implantadas por meio de pactuações governamentais.

Considerando a perspectiva das Políticas, pode-se afirmar que:

O olhar sobre as políticas implica pensar em “governo da educação”, o que supõe uma mudança conceitual respeitável, colocando as políticas relativas aos docentes em um marco de governo, ou de governos que se sucedem em uma sociedade, e não as tratando como programas esparsos ou de forma genérica, sem ancoragem. Considerando que o “sistema educativo e seus problemas de governabilidade não são mais que reflexo dos problemas de governabilidade que existem na sociedade em seu conjunto”, tem-se como decorrência, que as linhas de ação governamental implementadas na direção das redes escolares adquirem significado específico, a depender do contexto sociopolítico e do momento em que são desenvolvidas. Questões de gestão, centralização e descentralização, financiamento, autonomia, ênfases curriculares, avaliação etc. adquirem sentidos diferentes em situações sociais e políticas diversas (TEDESCO, 2010 apud ANDRÉ; BARRETO; GATTI 2011, p. 13).

Todavia o que foi pensado e oferecido aos usuários da educação pública e aos docentes são programas “genéricos” que não atendem as necessidades educacionais dos alunos, ou não são efetuadas devidamente por falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes entre estes é possível destacar: Ministério da Educação, Gerências de Educação e Secretarias Municipais de Educação.

No que se refere aos docentes observa-se péssimas condições de trabalho oferecidas e uma oferta de formação que não atende as necessidades educacionais dos graduandos nos cursos de formação para docência. Nessa perspectiva observa-se que o contexto político deve está associado as situações diversas da sociedade para garantir assistência as demandas atuais. No entanto observamos mudanças sociais significativas na forma de governar e uma estabilidade ainda assustadora na forma de condução da política pública educacional para garantia de melhoria da qualidade de vida das camadas sociais desfavorecidas nesse sentido é posto as escolas assumirem um papel de “escola justa”, inclusiva e para essa finalidade os

professores devem respeitar e procurar meios para trabalhar com as turmas heterogêneas, assumindo assim o compromisso com a educação na atualidade bem como seus novos paradigmas.

O governo da educação nos leva a perceber duas vertentes quando questionado e analisado. Faz-se necessário considerarmos a influência da cultura na sociedade que vivemos e como foram pensadas e formadas as políticas para educação e formação de professores efetivadas em diferentes contextos sociais, para atender o público do Brasil, objetivando garantir a educação para todos e qualidade na formação docente para garantir assim qualidade na oferta educacional.

Os desafios para formação inicial e continuada de professores sempre existiram e vão está presente nos diversos contextos da formação do professor. Dessa maneira o professor deve considerar os desafios das políticas públicas para prática e formação de professores, em uma perspectiva de “[...] encorajar sujeitos e grupos organizados da sociedade civil a fazerem algo que demonstre ir além das possibilidades concretas circunstanciadas a um espaço-tempo determinado (BRZEZINSKI, 2009, p.3)”.

A necessidade de uma política global que atenda a valorização dos professores que garantA melhores condições de trabalho e remuneração conforme direitos da categoria, garantia de formação inicial e continuada de qualidade para que o docente contribua de forma significativa no desenvolvimento do ensino aprendizagem. Considerando que desafios são crescentes conforme a configuração histórica, social e econômicas, desafios esses que devem ser pensados uma vez que influenciam de forma negativa na qualidade da educação.

Os reflexos de origem da política pública têm como objetivo atender os interesses da população em oferecer qualidade educacional nas escolas da rede públicas do Brasil. Nesse sentido, as políticas públicas promoveriam formação inicial e continuada qualificada, pautada do ideal de educador pesquisador e reflexivo, uma educação gratuita, laica e de qualidade e socialmente referenciada que atendesse a realidade dos sujeitos inseridos nas escolas públicas. Desafios esses presentes nos diversos contextos das políticas para prática e formação do professor, pautados no ideal humanismo transformador necessário para mudanças significativas através das políticas docentes (BRZEZINSKI, 2009).

Os desafios das políticas para prática e formação estão relacionados à negação da dimensão social e competências descontextualizadas atribuindo somente ao professor a responsabilidade no que se refere à qualidade da educação nacional.

[...] no pressuposto desse sujeito deslocado de suas circunstâncias, os sistemas educativos e as instituições educacionais, tendem a comprometer-se exclusivamente com a capacitação de pessoas isoladas, sem se responsabilizar pelas condições que os constituem como professor e como sujeitos (SOUZA; PESTANA, 2000 apud ANDRÉ; BARRETO GATTI, 2011, p. 32).

Essa crítica permite compreender que a falta de qualidade educacional presente até nos dias atuais se configura na procura dos “culpados”, forma e capacita os professores e atribuem exclusivamente a esses a responsabilidade da qualidade educacional. Políticas estas que não garantem aos docentes estruturas que consista em valorização profissional que contemple formação inicial e continuada, condições de trabalho, garantiam de uma remuneração baseada nos direitos trabalhistas que atenda a carreira e a categoria para melhoria da educação básica.

Nesse sentido as políticas docentes no Brasil devem ser analisadas sobre seus efeitos como programas implantados e seus resultados para melhor compreensão do sistema educacional atual e os desafios das políticas para prática e formação de professores em todas as dimensões, nos diversos contextos escolares da sociedade atual leva o conhecimento estar em movimento contínuo assim como os desafios e a necessidade de reformulações e a elaboração de novas políticas públicas para prática e formação de professores para que atenda aos novos desafios impostos no dado momento histórico que se encontra os sujeitos da educação.

Resultados e Discussões

Faz-se necessário levar o professor compreender a perspectiva conceitual de política pública detalhada por Sousa (2006), como área completa, enquanto práxis como ação-reflexão-ação de um governo, garantindo assim a melhor efetivação da política pública. Assim, esse estudo concentra-se no contexto da expansão democrática que se diversificou objetivando melhorar a qualidade de vida do público interessado. Nesse sentido reivindicações, propostas, desejos e demandas sociais são pensadas e resolvidas, em curto prazo, através de programas e ações para promover resultados e o bem-estar dos sujeitos educacionais.

As políticas de formação de professores se fazem necessárias, em meio a crescente demanda e lutas sindicais de valorização do profissional docente, com base nas estruturas atuais da Política da Educação. “[...] Nesse contexto, as decisões de governo no que se refere à educação sinalizam sobre a importância política real atribuída a esse setor da ação governamental” (ANDRÉ; BARRETO GATTI, 2011, p. 13).

É necessário que os professores considerem os desafios das políticas públicas para prática e formação dos professores do ensino fundamental I. Como destaca Brzezinski (2009, p.3):

Os desafios por sua vez, consistem em movimentos para encorajar sujeitos e grupos organizados da sociedade civil a fazerem algo que demonstre ir além das possibilidades concretas circunstanciadas a um espaço-tempo determinado. Tal entendimento sustenta a ideia de que dilemas procedem os desafios que, por sua vez, são movidos pelos dilemas. Os desafios sinalizam para a projeção de utopias, perspectivadas por uma concretização futura. Na verdade, desafios significam para os atores e autores no grupo social o distanciamento do realismo conservador e um ‘aproximar-se’ do real humanismo transformador.

Ainda segundo Brzezinski (2009) no que se refere aos desafios, a conquista e valorização do profissional docente se aproximara cada vez mais do real humanismo transformador, Assim seus reflexos e outros reflexos de origem da política pública, objetivando atender os interesses da população em oferecer qualidade educacional nas escolas da rede públicas do Brasil.

Nesse sentido, as políticas públicas promoveriam formação qualificada, pautada do ideal de educador pesquisador e reflexivo, uma educação gratuita, laica e de qualidade e socialmente referenciada que atendesse a realidade dos sujeitos inseridos nas escolas públicas.

No que se refere à discussão sobre os desafios das políticas públicas para formação do professor de Ensino Fundamental I é relevante citar que:

[...] desafios relacionados com os processos formativos e implementação de políticas de formação e valorização dos profissionais da educação não se esgotam, assim como não se paralisam os processos de produção do conhecimento, dialeticamente, eles se renovam e se recriam instaurando outros dilemas e novos desafios. (BRZEZINSKI, 2009, p.9)

Com isso os desafios das políticas públicas para prática e formação dos professores do Ensino Fundamental I contata-se que são vários e crescentes conforme a configuração histórica, social e econômica, desafios esses que devem ser pensados uma vez que influenciam de forma negativa na qualidade da educação ofertada nas redes públicas. Em vista disso, faz-se necessário refletirmos ainda que os desafios das políticas públicas para prática e formação dos professores devem ser pensados desde os processos de implantação dessas políticas públicas, considerando a formação como necessária, a valorização do profissional docente bem como a garantia de recursos.

As diversas configurações da sociedade atual leva o conhecimento estar em movimento continuo assim como os desafios e a necessidade de reformulações e a elaboração de novas políticas públicas para prática e formação de professores do Ensino Fundamental I para que atenda aos novos desafios impostos no dado momento histórico que se encontra os sujeitos da educação.

Portanto, faz-se necessário que se fortaleça a política global de formação, valorização dos profissionais da educação que atenda a formação inicial e continuada e o contexto que os sujeitos da educação estão inseridos, os recursos de financiamento da educação objetivando assim a oferta de uma educação pública de qualidade para a população que garanta a valorização do profissional docente.

Metodologia

A formação de sujeitos, enfatizando a pesquisa e o agir docente enquanto prática reflexiva, mediatizada pelas práxis através de uma política global para formação e prática de professores para que atenda aos novos desafios impostos no dado momento histórico.

Para tanto, surgiu a necessidade de realizar uma revisão sistemática na literatura a fim de chegar a plausíveis considerações para intervir nessa problemática. Para isso, realizou-se uma pesquisa de textos publicados entre 1996 e 2018, em livros, biblioteca virtual, artigos em PDFs, e Banco de artigos da Scientific Electronic Library (SciELO), utilizando-se dos descritores “política pública”, “professor”, “formação”.

Dos 100 trabalhos listados, apenas 4 foram selecionados e analisados de forma qualitativa. Para tanto, foram incluídos os livros, artigos, dissertações e teses que relacionavam o tema proposto, os publicados no Brasil, disponibilizados como texto completo e excluídos os arquivos coincidentes.

Considerações Finais

Reconhecer a importância da formação do professor, é um ato político e pedagógico, pautados no ideal de uma formação que possibilite o professor ser um sujeito crítico reflexivo de sua própria prática, contribuindo para viabilização de meios para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e desenvolvimento profissional em uma aprendizagem contínua.

Nessa perspectiva, as políticas públicas educacionais para formação de professores têm a finalidade de levar os professores a relacionar os saberes do conhecimento com os saberes da prática e assim resignificar o fazer pedagógico para melhoria no processo de ensino aprendizagem e construção da identidade docente propostos desde os desafios das políticas públicas para formação do professor de Ensino Fundamental I, tudo presente nessas discussões que esse artigo faz.

Portanto, necessário investigar, pensar e discutir uma política global que atenda a valorização dos professores, garantindo formação de qualidade para que os docentes possam contribuir de forma significativa no desempenho dos alunos, bem como melhores condições educacionais que atendam aos reais interesses do público a que ela particularmente se destina. Contribuindo assim no fazer pedagógico crítico e reflexivo.

Referências

ANDRÉ; BARRETO; GATTI. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. São Paulo: UNESCO, 2011

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Brasília: MEC, 2010.

BRZEZINSKI, Iria. **Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental**. *Educ. Soc.*[online]. 2008, vol.29, n.105, pp. 1139-1166. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302008000400010>> Acesso em 15 de janeiro de 2014.

_____ - Dilemas e Desafios nas Políticas de Formação e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica. São Paulo, 2009.

_____ - Pedagogia, Pedagogos e Formação de Professores. São Paulo: Papirus. 1996.

MEC - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: [WWW.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em 10 de setembro de 2018.

_____ - Plano Nacional de Educação. Brasília, 2018.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre, 2006.